

JOÃO BOSCO RABELLO

Roriz abre novo filão

Ao revelar um esquema de distribuição de verbas pelo governador Joaquim Roriz a deputados distritais de Brasília, a CPI do Orçamento levanta o véu que cobre outro iceberg da corrupção ainda a ser investigado nos planos estadual e municipal. Uma vez flagrada em obscuro flerte com o governador, a Câmara Distrital de Brasília sugere a existência de um campo fértil para a corrupção nas suas semelhantes em todo o País — as assembleias legislativas e câmaras municipais —, que, para a maioria dos parlamentares, não resistem à mínima devassa.

Roriz fica numa das piores situações entre todos os depoentes até aqui incriminados, na medida em que a distribuição de recursos aos deputados distritais caracteriza ação corruptora. Torna-se assim, o primeiro personagem nessa faixa de agente corruptor, que esperava-se visível apenas numa segunda etapa do processo de saneamento a que se submete o poder político brasileiro.

Mas a convicção daqueles mais envolvidos nas investigações é a de que as assembleias estaduais e as câmaras municipais compõem um novo filão de corrupção, que a relação promíscua entre o governador de Brasília e sua bancada na Câmara Distrital tornou nítido. Por isso mesmo, desde ontem, o deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), começou a receber sugestões para incluir no seu relatório final a recomendação de estender a esses fóruns legislativos intermediários a ação saneadora e reformista que impregnou a CPI do Orçamento.

O que mais se ouve no Congresso, a cada episódio marcante — como o de Roriz ontem — é que todos sabem onde começou esse processo, mas ninguém sabe onde termina. “A extensão aos planos estadual e municipal é inevitável, porque as oposições, nestes lugares, vão impor a faxina”, analisa o deputado Prisco Viana (PMDB-

BA). Como muitos parlamentares, ele não se arrisca a dizer que todas as assembleias e câmaras estão dominadas pela corrupção, mas acha muito difícil que a maioria escape.

“São muitos polvos, mas esse é o mesmo do Congresso Nacional, sendo as assembleias seus tentáculos visíveis”, alerta o deputado José Genoíno (PT-SP), um dos que deseja ver a idéia transformada em recomendação do relator. Genoíno vai mais longe e acha que muitos governadores ainda vão sair chamuscados do processo que não se extingue na CPI do Orçamento. O próprio Roriz, a rigor, sai incólume da acusação de envolvimento com a máfia do Orçamento, mas está irreversivelmente comprometido com delito que será tipificado no relatório e encaminhado ao Ministério Público.

O relator Roberto Magalhães tem proposta para incluir um prefácio autocrítico no relatório final da CPI. Nele, o reconhecimento de que o Congresso Nacional omitiu-se, de 88 para cá, da tarefa de aparelhar-se para exercer papel, a ele inerente, de fiscalizador do dinheiro do contribuinte. A este

prefácio, que partiria da necessidade inadiável de uma revisão dos métodos consolidados por uma cultura política retrógrada, serão acrescentadas propostas concretas de reformas estruturais.

Roberto Magalhães já decidiu, entre outras medidas, recomendar novas legislações para imunidade, licitações públicas, Orçamento, subvenções (possivelmente extingui-las), eleições, fiscalização e controle do próprio poder Legislativo. Mas o relator recebe pressões diárias para ampliar o alcance das medidas de modo a tornar a CPI do Orçamento, também no papel, um divisor de águas na história política. A síntese do pensamento a unir relator e maioria parlamentar é a da necessidade de retirar do sistema legislativo o mecanismo cirúrgico de defesa, dotando-o de capacidade preventiva.



■ João Bosco Rabello dirige a sucursal de Brasília

A distribuição de recursos aos deputados distritais caracteriza ação corruptora